

Apostas são problema social que governo vai enfrentar, diz Haddad

Haddad cita pandemia de dependência em bets, e governo Lula antecipa prazo para a legalização

Empresas que não solicitaram autorização para funcionamento no país terão operações suspensas a partir de 1º de outubro; ministro da Fazenda fala em pente-fino no setor e afirma haver problema social grave

Nathalia Garcia e Paulo Saldaña

BRÁSILIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse ontem que as apostas online se tornaram "problema social grave" no Brasil e citou uma pandemia de dependência dos jogos. Em portaria, o governo Lula (PT) antecipou o prazo para legalização das bets.

Haddad falou em um pente-fino por parte do governo no setor e relacionou a portaria com o novo prazo a problemas de dependência psicológica em apostas. "[A regulamentação] tem a ver com a pandemia que está instalada no país e que nós temos que começar a enfrentar, que é essa questão da dependência psicológica dos jogos", disse.

"Tudo isso vai passar, nessas próximas semanas, por um pente-fino bastante rigoroso, porque o objetivo da lei é fazer o que não foi feito nos quatro anos do governo anterior. Isso virou um problema social grave e nós vamos enfrentar", acrescentou. "A regulamentação ficou toda pronta no final de junho e nós estamos, portanto, autorizados para agir."

Novas denúncias envolvendo as empresas têm mobilizado parlamentares e acenderam alerta na Fazenda, que trabalha desde 2023 para regulamentar o setor.

Atualmente, qualquer site de aposta pode atuar no país. Isso acabaria apenas em janeiro de 2025, em uma espécie de prazo de transição definido pelo governo na regulamentação. Mas a portaria da Fazenda antecipou essa data de corte para outubro.

Dessa forma, empresas que não tenham se cadastrado na Fazenda para atuar de maneira legal não poderão funcionar a partir do dia 1º. O governo já tem conversas com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para que haja a derrubada dos sites.

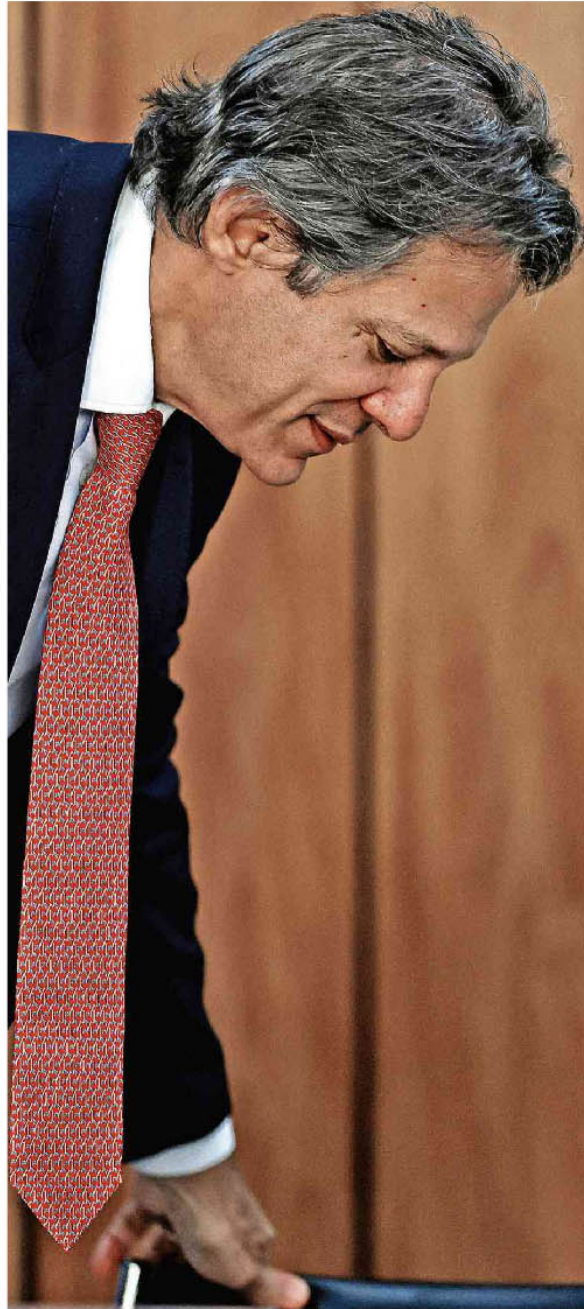
Há estimativas de que cerca de 2.000 sites de apostas esportivas estejam no ar no país hoje.

A nova portaria pegou o mercado de surpresa, segundo relatos recebidos pela Folha. Mesmo entre as empresas já cadastradas para a regulamentação, há entendimento de que houve mudança com o jogo rolando.

O ato veio após movimentos contrários às bets no mundo político. No domingo (15), o senador Omar Aziz (PSD-AM) anunciou que acionará a PGR (Procuradoria-Geral da República) para tentar tirar do ar sites até que as empresas sejam completamente regulamentadas.

A ação de Aziz se soma a um projeto de lei apresentado pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que propõe a proibição de propagandas e patrocínio.

Outro projeto na Câmara, da presidente do PT, a deputada fe-



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ueslei Marcelino/Reuters

deral Gleisi Hoffmann (PR), também prevê o veto de propagandas. A publicidade massiva é vista como fundamental para o negócio, segundo integrantes do setor.

O secretário de Prêmios e Apostas da Fazenda, Regis Dudena, disse que a portaria não antecipa, por exemplo, cobranças previstas, mas serve para identificar as empresas em atividade no país.

"A gente identificou o crescimento de grupos oportunistas, de empresas e pessoas que estão utilizando esse período [de transição, que se encerraria em dezembro] para atuar de forma fraudulenta, em frontal desrespeito às leis." Segundo ele, a portaria agora "separa o joio do trigo".

Com a regulamentação do setor, o governo tem a expectativa de arrecadar com as apostas online e já divulgou estimativas que preveem receita de até R\$ 12 bilhões por ano. Somente com as outorgas para autorização de funcionamento, o governo deve arrecadar quase R\$ 4 bilhões.

Questionado se a reação no Congresso motiva a nova portaria, Dudena disse que a afirmação "não seria correta", mas ponderou que é necessário "entender esse interesse de outros setores e levar em consideração" a movimentação entre os parlamentares.

O governo recebeu 113 pedidos no prazo estipulado para o cadastro de interesse de atuar legalmente nesse mercado. Os pedidos ainda serão analisados, e não há garantia de que todos serão aceitos. Outras duas empresas se cadastraram, mas depois do prazo — que se encerrou em 20 de agosto.

Essas empresas, que controlam mais de 300 sites de bets, poderão atuar no Brasil até o fim do ano. Depois disso, só as que forem aprovadas pelo governo serão de fato legalizadas e ganharão o domínio ".bet". O cadastro para atuação no país continua aberto, diz Dudena, mas sem a garantia de atuação a partir de janeiro.

A nova portaria prevê que o governo pode levar em conta informações de investigações em curso na avaliação para regularização final — mas como elas estão inscritas na Fazenda, poderão funcionar a partir de outubro.

A oferta de sites de apostas esportivas é liberada no Brasil desde 2018, após lei aprovada no governo Michel Temer (MDB).

A partir disso, propagandas de bets passaram a dominar a TV aberta, sobretudo em jogos de futebol, e as redes sociais foram inundadas de anúncios, viralizados pela atuação de influenciadores famosos — a publicidade massiva é vista como fundamental para o negócio, segundo integrantes do setor.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17